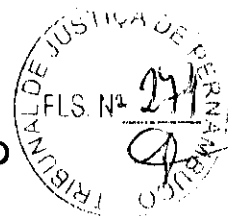




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0154316-6

105

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CÍCERO PEDRO DE SOUZA E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

REVISOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

0512

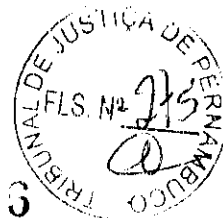
EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.
APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO
QUALIFICADO. PRELIMINAR DE INÉPCIA
DA DENÚNCIA REJEITADA, EM VIRTUDE
DE SE ENCONTRAR A DENÚNCIA NOS
MOLDES DO CPP. SENTENÇA. PROVAS
INSUFICIENTES PARA EMBASAR A
CONDENAÇÃO. DÚVIDA QUANTO À
AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO.
– APELO PROVIDO – DECISÃO POR
MAIORIA DE VOTOS.

1. Como já é assente nos Tribunais, a denúncia que preenche os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal ao descrever o fato criminoso não deve ser anulada quando permitir a defesa por parte de todos os acusados.

2. No caso em apreço, inexistem elementos de provas que evidenciem a responsabilidade delitiva atribuída aos Apelantes na prática do crime tipificado no art. 155, §4º, inc. IV c/c art. 61, inc. II alínea "a" do CPB.

ACÓRDÃO

106



Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0154316-6 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por maioria de votos, em rejeitar a preliminar arguida e, no mérito, dar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto do Des. Revisor.

Recife, 09 de dezembro de 2009.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Presidente/ Prolator do acórdão



137

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154316-6

APELANTES : CÍCERO PEDRO DE SOUZA, RIVALDO ROCHA SOUZA E
JOSÉ ADILSON ROCHA DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : VARA ÚNICA DE JUREMA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto por Cícero Pedro de Souza, Rivaldo Rocha de Souza e José Adilson Rocha da Silva contra a sentença de fls. 92/101, que os condenou a pena definitiva de 02 anos e 05 meses de reclusão e 15 dias-multa, 02 anos e 02 meses de reclusão e 15 dias-multa e 02 anos e 02 meses de reclusão e 15 dias-multa, respectivamente, pela prática do delito previsto no art. 155, §4º, IV, c/c art. 61, II, "a", ambos do Código Penal.

A defesa apresentou razões recursais às fls. 141/147, alegando, em resumo, o seguinte: em sede de preliminar, a inépcia da denúncia por ausência de descrição pormenorizada acerca da conduta de cada acusado. No mérito, negativa de autoria, sob os seguintes fundamentos: o depoimento da testemunha Maria José Cordeiro do Nascimento não é válido, posto que apresenta contradição; os álibis apresentados pelos acusados não foram considerados pelo juiz processante; não há nenhuma comprovação da participação do apelante José Adilson da Rocha Silva no crime. Sustenta, ainda, alternativamente, ser devida, para os três apelantes, a incidência da minorante prevista no art. 29, §1º, do CP (participação de menor importância).

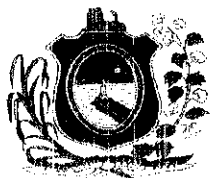
O representante ministerial apresentou contra-razões às fls. 161/165, rechaçando os argumentos trazidos pelos apelantes e, ao final, pugnando pelo improvimento do presente recurso.

A Procuradoria Criminal, pelo Procurador de Justiça, Carlos Alberto Pereira Vitório, ofertou parecer às fls. 238/240, opinando pelo improvimento do apelo.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 10 de junho de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



108

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0154316-6

APELANTES : CÍCERO PEDRO DE SOUZA, RIVALDO ROCHA SOUZA E
JOSÉ ADILSON ROCHA DA SILVA
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
COMARCA : VARA ÚNICA DE JUREMA
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO

VOTO

Conforme relatado, a insurgência dos apelantes contra a sentença de fls. 92/101, reside, em resumo, no seguinte: a) inépcia da denúncia; b) negativa de autoria; e, c) cabimento da minorante prevista no art. 29, § 1º, do CP (participação de menor importância).

Passo a examinar a preliminar suscitada pelos apelantes.

Preliminar – Preliminar de Inépcia da Denúncia

Argumenta a defesa que a peça acusatória não descreve, de forma pormenorizada, a conduta de cada apelante.

Da leitura da peça a trial, verifico estarem presentes todos os requisitos formais enumerados no art. 41 do CPP.

Ao contrário do que afirma a defesa, a denúncia qualifica os denunciados, expõe minuciosamente e com clareza o fato criminoso e suas características, descrevendo suficientemente a conduta de cada acusado, indica o tipo penal e o rol de testemunhas, possibilitando o regular exercício de defesa. Tanto o é, que a presente irresignação não foi levantada pela defesa durante a instrução processual, em quaisquer das ocasiões em que lhe foi oportunizada manifestação.

De qualquer forma, não é demais lembrar que em crimes cometidos em co-autoria, como no caso dos autos, não se faz necessária a descrição da conduta específica praticada por cada acusado, bastando a narrativa genérica dos fatos.

Nesse sentido:

EMENTA: APELAÇÃO CRIME. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ESTELIONATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. **PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA.** Apenas em sede recursal foi



109



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

suscitada preliminar de inépcia da denúncia, por ausência de descrição da conduta de cada réu. Durante todo o trâmite do feito, nenhuma linha foi traçada a respeito da prefacial ora suscitada, tanto que todos os acusados puderam se defender amplamente de todas as acusações. Da leitura da peça inicial, verifica-se a presença dos elementos exigidos pelo art. 41 do Código de Processo Penal. Ademais, em se tratando de crimes praticados em co-autoria, a jurisprudência desta Corte vem entendendo ser dispensável a descrição pormenorizada da conduta de cada denunciado. (...) (Apelação Crime Nº 70024756355, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Naele Ochoa Piazzeta, Julgado em 11/09/2008)

Sendo assim, **rejeito a presente preliminar.**

Mérito.

Narra a denúncia que no dia 04 de setembro de 2004, por volta das 23h30min, no centro da cidade de Jurema, os apelantes, juntamente com uma 4ª pessoa não identificada, agindo em concurso de pessoas, em comunhão de ações e desígnios previamente ajustados e por motivo fútil, subtraíram uma placa de propaganda eleitoral da Coligação União dos Verdadeiros Filhos de Jurema, avaliada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Consta, ainda, da peça acusatória que os apelantes Cícero Pedro e Rivaldo inicialmente derrubaram a placa no chão e depois colocaram-na num caminhão de propriedade de Cícero, que prestava serviços de coleta de lixo à Prefeitura local. O apelante José Adilson e a 4ª pessoa não identificada além de ficarem vigiando o local, auxiliaram no transporte e na ocultação da *res furtiva*.

Examino:

A materialidade delitiva não foi questionada, encontrando-se demonstrada através da prova testemunhal e do Auto de Avaliação às fls. 25.

A tese de negativa de autoria não merece prosperar.

Embora a defesa tenha tentado confundir, em juízo, a única testemunha presencial Maria José Cordeiro do Nascimento, ela confirmou o reconhecimento feito na fase inquisitorial, no sentido de que as duas pessoas que avistou furtarem a placa noticiada nos autos eram os apelantes Cícero e Rivaldo, conhecidos como "Cicinho" e "Giva de Pixolita", respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

110

Por oportuno, transcrevo trechos relevantes das declarações ofertadas em juízo pela testemunha Maria José Cordeiro do Nascimento: "(...) que desses quatro reconheceu as pessoas de Cicinho e Giva, o primeiro estava ao lado do caminhão enquanto o segundo pegava a placa; que o mencionado caminhão era uma F-4000 verde, que também era utilizada pela prefeitura para carregar lixo que era dirigida por Cicinho; que a F-4000 era de propriedade de Cicinho; (...) que em seguida, o caminhão foi em direção ao posto, tendo ela depoente entrado em sua casa sem ser vista pelos homens; (...) que afirma ter cerca de três dias depois dos fatos deposto na delegacia de polícia, onde foi indagada tal como este juízo sem qualquer tipo de pressão, não tendo sido procurada por qualquer pessoa com possível envolvimento no fato para conversar a respeito; (...)"

Além disso, outras quatro testemunhas, sendo três em juízo e uma na fase inquisitorial, disseram que os comentários na localidade é de que os três apelantes foram responsáveis pelo furto da placa em apreço.

Importante mencionar que em crimes dessa natureza, normalmente cometidos na clandestinidade, a palavra da vítima prevalece sobre a negativa de autoria do agente, mormente quando corroboradas pelo conjunto probatório, como no caso dos autos.

Nessa esteira, colho recente decisão:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO - NEGATIVA DA AUTORIA - ABSOLVIÇÃO - AUSÊNCIA DE PROVAS - IMPOSSIBILIDADE - PALAVRA DA VÍTIMA. 1. Nos crimes contra o patrimônio, entre eles o furto, rotineiramente praticados na clandestinidade, a palavra da vítima prevalece sobre a negativa do agente, ainda mais quando corroborada por outros elementos, em harmonia com as demais provas e dos contundentes indícios azealhados ao longo da instrução, são provas mais do que suficientes para alicerçar o decreto condenatório. 2. Recurso desprovido.

(TJMG - APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0074.05.028532-4/001 - COMARCA DE BOM DESPACHO - APELANTE(S): EGILSON JOSÉ DO COUTO - APELADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS - RELATOR: EXMO. SR. DES. ANTÔNIO ARMANDO DOS ANJOS - julgado em 24/03/2009)

Demais disso, as declarações prestadas pelas testemunhas de defesa, além de trazerem diversas contradições entre si, distoam das versões apresentadas pelos acusados na polícia e em juízo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

111

Cumpra esclarecer que a apresentação de alibi enseja a inversão do ônus da prova, a teor do disposto no art. 156 do CPP¹.

A propósito, trago à colação o seguinte julgado:

APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO POR CONCURSO DE PESSOAS (CP, ART. 155, §4º, IV) - NEGATIVA DE AUTORIA - ÁLIBI NÃO COMPROVADO - ÔNUS DE QUEM ALEGA (CPP, ART. 156) - ÚNICA TESTEMUNHA PRESENCIAL - RECONHECIMENTO PESSOAL NA DELEGACIA - DECRETO CONDENATÓRIO - POSSIBILIDADE - RECONHECIMENTO DA QUALIFICADORA - CO-RÉU NÃO IDENTIFICADO - FATOR QUE NÃO DESCONTITUI O CONCURSO DE AGENTES.
I - A comprovação de alibi para fulcrar a tese de negativa de autoria é ônus da defesa, nos moldes do art. 156 do CPP, de modo que, se esta não fundamenta sua assertiva por meio de quaisquer elementos, limitando-se a meras alegações, faz derruir a versão apresentada.
(...) (TJSC - AC nº 2007. 31109-9- Relatora: Salete Silva Sommariva - julgado em 20/01/2009).

Por fim, descabida a incidência da minorante enunciada no art. 29, §1º, do Código Penal, por se tratar de hipótese de co-autoria. Esclareço que a conduta do apelante José Adilson de vigiar o local, visando garantir o sucesso da empreitada criminosa, não caracteriza participação de menor importância, uma vez que o agente atuou conjuntamente com os demais acusados (co-autoria).

Nesse sentido:

EMENTA: ROUBO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. (...) PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. DESACOLHIMENTO. A prova produzida demonstra claramente que as atitudes do apelante eram de efetiva participação nos roubos. Dentro do agir delituoso e conforme a divisão de tarefas estabelecida pelos agentes, coube ao acusado a vigia dos estabelecimentos comerciais, a fim de que fossem asseguradas as subtrações. Portanto, antes de ser irrelevante sua participação, foi ela fundamental para a consecução dos crimes. Houve efetiva co-autoria, e não participação de menor importância, porquanto o réu/apelante adentrou diretamente na prática do verbo nuclear do tipo penal, agindo conjuntamente com os demais agentes. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Crime Nº 70014252571, Oitava Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antônio Ribeiro de Oliveira, Julgado em 22/03/2006)

¹ Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção 112

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pelo improvimento do recurso**, mantendo a sentença condenatória de fls. 92/101 em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04 de novembro de 2009.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



113

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO: Nº AC 0154316-6

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: CÍCERO PEDRO DE SOUZA, RIVALDO ROCHA SOUZA E JOSÉ
ADILSON ROCHA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Alexandre Guedes Alcoforado

REVISOR: Des. Marco Antônio Cabral Maggi

VOTO DE REVISÃO


Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador (a).

Trata-se de recurso de Apelação interposto por **Cícero Pedro de Souza, Rivaldo Rocha Sousa e José Adilson Rocha da Silva**, em face da decisão que os condenou, em virtude do fato criminoso previsto no art. 155, § 4º, inc. IV c/c o art. 61, inc. II, alínea "a" do Código Penal à pena definitiva de 02 (dois) anos e 05 (cinco) meses, acrescida de 15 (quinze) dias-multa para o primeiro Apelante e de 02 (dois) anos e 02 (dois) meses mais 15 (quinze) dias-multa para os dois últimos.

De acordo com a **denúncia (fls. 02/04)**, "no dia 04 de setembro de 2004, pelas 23:30 horas, no centro desta cidade, em frente ao Mirus Bar, localizado na Rua do Trevo, os denunciados e uma quarta (4ª) pessoa ainda não identificada, agindo em concurso de pessoas, em comunhão de ações e desígnios, previamente ajustados, subtraíram, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, consistente numa placa confeccionada em madeira e zinco medindo 4,0m por 3,0m, avaliada em R\$ 500,00 (quinhentos reais), que veiculava propaganda eleitoral da Coligação União dos Verdadeiros Filhos da Jurema/PE".

acdh



A sentença a quo (fls. 92/101), alicerça-se no depoimento da testemunha ocular Maria José Cordeiro do Nascimento para condenar Cícero Pedro de Souza e Rivaldo Rocha de Souza, assim como nos demais indícios identificados pelo juiz no processo, para condenar José Adilson Rocha da Silva.

114

O Juiz Sentenciante assevera que, em razão do concurso de pessoas, torna-se "desnecessária a qualificação específica de cada um dos participantes, bem como do detalhamento da função específica desempenhada por cada qual, bastando que tenham cumprido missões dentro da empreitada criminosa".

Além da qualificadora do concurso de pessoas, o Douto Magistrado, enxerga a torpeza do delito no fato de ter sido a placa furtada "propaganda política de candidato do lado oposto ao que os réus defendiam, além de o fato ter se dado nas proximidades de eleições" e aplica a agravante prevista no art. 61, inc. II, "a" do Código Penal.

Inconformados, os Réus interpuuseram **Apelação (fls. 140/147)** onde, pugnaram, preliminarmente, pela anulação da sentença em razão da inépcia da denúncia, que não teria descrito, de forma individualizada, os atos de cada um dos Acusados.

No mérito, os Apelantes ressaltam a importância dos depoimentos prestados pelas testemunhas de defesa e pugnam pela absolvição fulcrada no art. 386, inc. VI do CPP e, alternativamente, pela diminuição da pena de acordo com o art. 29, §1º do Código Penal.

Em sede de **contra-razões (fls. 161/165)**, o **Parquet** pugna pela rejeição da preliminar. Isto porque, além de ser matéria preclusa, a denúncia não estaria inepta, já que "o MP denunciou os apelantes pela fórmula geral e em seguida detalhou a ação de cada um deles, preenchendo dita peça todos os requisitos do concurso".



O *Parquet* aduz, ainda, que as provas constantes nos autos são "mais que suficiente para as condenações dos apelantes, pois lastreadas em depoimento de testemunha presencial e na unanimidade do que disseram as testemunhas por ouvi dizer, além de não terem sido elididas pelos álibis apresentados".

115

Em sede de parecer (fls. 238/240), o *Parquet* opina pela rejeição da preliminar ao ressaltar que "a acusação foi mais do que genérica, ela permitiu o total exercício do direito de defesa pelos apelantes, preenchendo, portanto, todos os comandos legais do artigo 41 do Código de Processo Penal".

Segundo o Douto Procurador de Justiça, a sentença não deve sofrer qualquer tipo de reforma no mérito, pois considera incontroversa a ocorrência do furto qualificado descrito na denúncia.

PRELIMINAR – INÉPCIA DA INICIAL

Como se vê, a preliminar trazida aos autos não merece ser acolhida, porque a descrição do fato criminoso presente na exordial condiz com os requisitos previstos no Codex Processual Penal, já que foi clara o suficiente para permitir a plena defesa por parte de todos os acusados. O seguinte julgado corrobora tal entendimento:

HABEAS CORPUS. CRIMES DE ROUBO E RECEPÇÃO EM CONCURSO DE AGENTES. DENÚNCIA QUE NARRA O FATO E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS. AUSÊNCIA DE INÉPCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ADITAMENTO – ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. MATÉRIA DE MÉRITO – QUESTÃO QUE NÃO PODE SER EXAMINADA NESTA VIA – IMPOSSIBILIDADE DO REVOLVIMENTO DE PROVAS. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal por esta via justifica-se somente quando verificadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a ausência de indícios de autoria e prova da materialidade, o que não se vislumbra na hipótese dos autos. Precedentes.



2. Não há que se falar em trancamento de ação penal iniciada por denúncia que satisfaz todos os requisitos do art. 41 do CPP, sendo mister a elucidação dos fatos em tese delituosos descritos na vestibular acusatória à luz do contraditório e da ampla defesa, durante o regular curso da instrução criminal. **116.**

3. Nos crimes de autoria coletiva, não se exige a descrição minuciosa e individualizada da conduta de cada acusado, sendo suficiente a narrativa dos fatos delituosos e sua suposta autoria, de maneira a permitir o exercício da ampla defesa. Precedentes. (...) 4. Ordem denegada. (STJ, Quinta Turma, HC 72677/SP, Rel. Min. Convocada Jane Silva, julgado em 04/10/07) (grifos nossos)

Além disso, tal matéria não mais poderia ser tratada em sede de Apelação, visto que já se encontrava preclusa. Neste soar é o seguinte acórdão:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. LATROCÍNIO CONSUMADO. DECISÃO CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA LEVANTANDO UMA PRELIMINAR DE NULIDADE POR INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA PRECLUSA. NO MÉRITO, A DEFESA PEDIU A ABSOLVIÇÃO, SOB O ARGUMENTO DE QUE O APELANTE NÃO COMETEU O CRIME DE LATROCÍNIO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A preliminar foi afastada em razão de não haver vício na denúncia, além da questão ventilada ter sido alcançada pela preclusão, pois tal preliminar não foi guindada nas alegações finais; 2. Quanto ao mérito, restou demonstrado que existe nos autos suporte probatório para confirmar a condenação do apelante, sendo mantidos todos os termos da sentença vergastada. Recurso conhecido e não provido à unanimidade. (TJPE, Segunda Câmara, AC 133913-5, Rel. Des. Antônio de Melo e Lima, julgado em 14/05/09) (grifos nossos)

Sendo assim, voto pelo não acolhimento da preliminar.

MÉRITO

Ao contrário do que aduziu o Magistrado *a quo* na Sentença, as provas testemunhais não são contundentes a ponto de justificar a condenação dos Apelantes.



Em primeiro lugar, é de se dizer, que o depoimento considerado mais importante (de Maria José Cordeiro do Nascimento) não se encontra adequadamente associado ao fato narrado na denúncia. Afinal, em nenhum momento dita testemunha afirma ter visto os denunciados retirando a placa do local descrito na exordial, mas tão somente, que os mesmos supostamente teriam recolocado no caminhão uma placa que já estava no mesmo e houvera caído no chão e que tal fato teria ocorrido nas proximidades de sua residência.

117

Além de frágil, o referido depoimento vai de encontro àquele prestado pela testemunha Ivanilda Batista do Amaral Matutino (fls. 56/57), que, diferentemente do alegado por Maria José, afirma ter visto apenas um homem manuseando uma placa, embora mostre dúvida acerca da presença de mais pessoas o ajudando. O seguinte trecho serve para demonstrar a clara diferença entre os depoimentos das duas testemunhas que mais se aproximaram do suposto fato criminoso:

"(...) que havia chegado de um comércio em Mocós, em sua casa, quando por volta de meia noite escutou um barulho e abriu a porta para ver o que estava acontecendo, **quando viu que havia quatro homens, perto do quebra-mola com o caminhão parado perto do quebra-mola, e desses quatro dois estavam próximos ao caminhão enquanto os outros dois pegavam uma placa que ela depoente acredita que tenha caído do caminhão e a colocavam de volta;** que desses quatro reconheceu as pessoas de Cicinho e Giva, o primeiro estava ao lado do caminhão enquanto o segundo pegava a placa;" (trecho do depoimento da testemunha Maria José Cordeiro do Nascimento) (grifos nossos)

"(...) que no dia narrado na denúncia, após sair do comércio no Mocós, chegou em casa por volta das vinte e três e trinta, quando, já dentro de casa, escutou um barulho, o que a levou a ver o que estava acontecendo **quando percebeu que havia um caminhão e uma pessoa, que ela depoente afirma não poder identificar, mas que era moreno, pegava uma placa para nele colocar de volta,** pois acredita ter ela caído em virtude de um caminhão passar em alta velocidade por uma lombada existente naquela rua; **que afirma que tudo se deu rapidamente mas que**



apenas um homem pegava a placa, não podendo ela depoente dizer se alguém o ajudava; que afirma que tal homem não estava só, porém não pode precisar quantas eram as pessoas que estava com ele; que naquele momento reconheceu a placa como sendo uma que continha o número vinte e cinco, identificando-a como sendo a que ficava em frente ao mirus bar, embora de sua casa não seja possível visualizar o bar; que não era grande a distância da varanda onde se encontrava para o caminhão; que afirma não ter sido possível reconhecer nenhuma das pessoas;" (trecho do depoimento da testemunha Ivanilda Batista do Amaral Matutino) (grifos nossos) 118

Além da flagrante incompatibilidade entre os referidos depoimentos, as demais testemunhas praticamente em nada acrescentam ao processo e não devem servir como importantes fundamentos para condenação.

O próprio Juiz de Primeira Instância, ressalta, inclusive, que "as demais testemunhas, em depoimentos cuja transcrição é desnecessária, tanto em Juízo quanto perante a autoridade policial, depõem acerca do caminhão, do barulho que ouviram, a respeito da falta da placa que sentiram, mas, **a respeito da autoria, atestam apenas terem tomado conhecimento por "ouvir dizer" ou por comentários que os responsáveis teriam sido as pessoas dos três denunciados**". (grifos nos originais).

Ora, é certo que o juiz deve usar do princípio do livre convencimento e que pode basear-se em apenas um testemunho, mas este precisa ser veemente e indubitável, além de consonante com as demais provas colacionadas, o que não ocorre no presente caso, onde só pairam dúvidas e incertezas.

Ademais, acaso fosse confirmada a prática dos atos pelos Apelantes, a tipificação mencionada na Sentença mereceria reparo, já que o fato descrito não estaria subsumido ao tipo de furto, e sim, *ad argumentandum tantum*, ao delito mencionado no art. 163 do CP (dano) ou, quiçá, ao delito previsto no art. 331 do Código Eleitoral (ambos, por sinal, já prescritos).

Sendo assim, considero que não existem provas suficientes a condenação dos Apelantes, pois restam dúvidas acerca da autoria e, possivelmente, da materialidade do delito, o que impõe a aplicação do princípio do *in dubio pro reo*. Os seguintes julgados corroboram tal entendimento:

119

PENAL/PROCESSUAL PENAL - FURTO QUALIFICADO - CONDENAÇÃO - RECURSO DA DEFESA - ABSOLVIÇÃO - «INSUFICIÊNCIA» DE PROVAS - PROVIMENTO - UNÂNIME. 1) Furto qualificado. Art. 155, §§1º e 4º, incisos I e IV, do CP. 2) **Apelo do réu pela absolvição diante de ausência de provas que comprovassem a sua participação no delito.** 3) **O conjunto probatório não atesta a certeza da culpabilidade do apelante, apta a ensejar um decreto condenatório. Aplicação do princípio *in dubio pro reo*.** Art. 386, inciso VI, do CPP. Apelo provido. Unanimidade. (TJPE, Primeira Câmara, AC 150427-8, Rel. Des. Fausto de Castro Campos, julgado em 22/04/08)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. ABSOLVIÇÃO. I - **Inexistindo prova segura e cristalina, sobre a materialidade e autoria do crime, impõe-se a absolvição da acusada em observância ao princípio *in dubio pro reo*.** II - Apelação improvida. Decisão unânime. (TJPE, Terceira Câmara, AC 141848-8, Rel. Des. Alderita Ramos de Oliveira, julgado em 18/04/07) (grifos nossos)

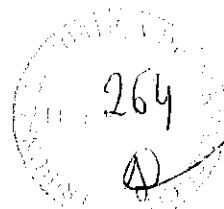
Por fim, verifica-se a inexistência de elementos de provas que evidenciem a responsabilidade delitiva atribuída aos Apelantes na prática do crime tipificado no art. 155, §4º, inc. IV c/c art. 61, inc. II, alínea "a" do CPB.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **dar provimento ao recurso** para absolver os apelantes **Cícero Pedro de Souza, Rivaldo Rocha Souza e José Adilson Rocha da Silva**, em razão da insuficiência de provas, com fundamento no art. 386, inc. VII do CPP.

É COMO VOTO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

120

PROCESSO Nº 154.316-6

COMARCA: JUREMA

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTES: CÍCERO PEDRO DE SOUZA E OUTROS

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: CARLOS ALBERTO PEREIRA VITÓRIO

RELATOR: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

VOTO DE VISTA: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO DE VISTA

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça.

Superada a preliminar de inépcia da denúncia, passemos ao exame das razões de apelação. Alega a defesa, em resumo, que a decisão recorrida se respaldou em uma testemunha que proferiu declarações contraditórias, não havendo consistência para lastrear uma decisão condenatória. Sustenta que não foi considerado pelo juiz processante o teor das declarações das testemunhas de defesa, as quais afirmaram que os réus não estavam no local do crime a eles imputado em virtude de se encontrarem em uma festa no centro da cidade de Jurema. Arremata, aduzindo que inexistem provas

da participação dos apelantes no crime a eles imputado, pugnando pela absolvição dos recorrentes e, alternativamente, pela redução da pena a eles imposta.

121

A pedra angular da presente controvérsia reside na existência ou não de provas suficientes para ensejar a condenação dos réus. Esguardando os autos, constata-se que a tese da defesa merece guarida.

A sentença condenatória foi proferida com lastro nas declarações da Sra. Maria José Cordeiro do Nascimento que, segundo o magistrado processante (fl. 93), foi a única testemunha que viu os agentes e reconheceu alguns deles, tais como Cicinho (primeiro denunciado) e Giva (segundo denunciado), além de ter visto mais duas pessoas pegando a placa referida na denúncia.

A testemunha Maria José Cordeiro do Nascimento declarou em juízo que, no dia e hora dos fatos, estava em casa quando escutou um barulho e abriu a porta (fl. 56):

"(...) Quando viu que havia quatro homens, perto do quebra-mola com o caminhão parado perto do quebra-mola, e desses quatro dois estavam próximos ao caminhão, enquanto os outros dois pegavam uma placa que ela depoente acredita que tenha caído do caminhão e a colocavam de volta; que desses quatro reconheceu as pessoas de Cicinho e Giva, o primeiro estava ao lado do caminhão enquanto o segundo pegava a placa; que o mencionado caminhão era uma F-4000 verde, que também era utilizada pela prefeitura para carregar lixo que era dirigida por Cicinho; que a F-4000 era de propriedade de Cicinho; que não dava para saber quem a estava dirigindo naquele dia; (...) Que a luminosidade no local era média; que dos denunciados Giva e Cicinho que afirma ter visto naquela noite, afirma ter reconhecido com certeza o denunciado Giva, mas com nem tanta em relação ao denunciado Cicinho, concluindo que se trava dele a partir de seu corpo".

Ocorre que a Sra. Maria José Cordeiro do Nascimento não foi a única testemunha presencial dos fatos. A Sra. Ivanilda Batista do Amaral Matutino, que


LJF Página 2

também presenciou os fatos, disse em juízo que não foi possível reconhecer qualquer das pessoas envolvidas (fls. 56/57):

122

"(...) Que no dia narrado na denúncia, após sair do comércio no Mocós, chegou em casa por volta das vinte e três e trinta, quando, já dentro de casa, escutou um barulho, o que a levou a ver o que estava acontecendo quando percebeu que havia um caminhão e uma pessoa, que ela depoente afirma não poder identificar, mas que era moreno, pegava uma placa para nele colocar de volta, pois acredita ter ela caído em virtude de um caminhão passar em alta velocidade por uma lombada existente naquela rua; que afirma que tudo se deu rapidamente, mas que apenas um homem pegava a placa, não podendo ela depoente dizer se alguém o ajudava; (...) Que afirma não ter sido possível reconhecer nenhuma das pessoas; (...) que reconheceu o caminhão como sendo o mesmo utilizado para a coleta de lixo".

Do cotejo das declarações fornecidas pelas citadas testemunhas se extrai que a Sra. Maria José Cordeiro do Nascimento, além de não ser a única testemunha presencial, não demonstrou segurança em suas afirmações, visto que, inicialmente, declarou que **CÍCERO PEDRO DE SOUZA**, o Cicinho, estava presente no dia e hora do fato delituoso, tendo, durante a audiência de inquirição de testemunhas, voltado atrás e afirmado não ter certeza que Cicinho estava presente.

Por seu turno, a testemunha Ivanilda Batista do Amaral Matutino asseverou com firmeza que não foi possível reconhecer qualquer das pessoas que estavam próximas ao caminhão. As demais testemunhas, com exceção da Sra. Maria José Cordeiro do Nascimento, prestaram declarações acerca do fato, narrando o barulho produzido pelo caminhão, a ausência da placa do então prefeito "Galego", contudo, não lograram êxito em imputar a autoria do crime em referência aos apelantes.

Uma vez que os depoimentos das testemunhas são contraditórios, havendo dúvida concreta em relação à autoria, não se pode admitir uma sentença condenatória com apoio em solitária prova deponencial que não se coaduna com o restante do acervo probatório arrecadado aos autos. Portanto, temos que a prova

contraditória e insuficiente, como na situação dos autos, não se presta para lastrear uma sentença condenatória. Neste sentido

123

(Classe Apelação Criminal, Processo 1988.077431-6; Relator José Roberge; Data 1994-11-04, Apelação criminal n. 32.178, de Itajaí.)

Relator: Des. José Roberge.


"ACIDENTE DE TRÂNSITO. PROVA CONTRADITÓRIA E INSUFICIENTE PARA A CONDENÇÃO DO APELANTE. SENTENÇA REFORMADA".

A culpa não se presume. Se a acusação se propõe a provar um fato e, concluída a instrução, restam dúvidas sobre a culpabilidade do acusado, o caminho correto é a absolvição.

Arrimado nos fundamentos aqui esposados, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, com a devida vênica ao ilustrado Desembargador relator, acompanho o eminente Desembargador revisor, a fim de votar pelo provimento do recurso de apelação interposto por CÍCERO PEDRO DE SOUZA, RIVALDO ROCHA SOUZA E JOSÉ ADILSON ROCHA DE SOUZA, com o fim de absolve-los da imputação descrita na denúncia, nos termos do art. 386, IV, do Código de Processo Penal.

É COMO VOTO.

Recife, 02 de dezembro de 2009.

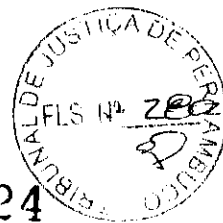

Des. Gustavo Augusto Lima

Prolator do voto de vista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

124



QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 09.12.2009

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 154.316-6 – COMARCA DE JUREMA

APELANTES: CÍCERO PEDRO DE SOUZA, RIVALDO ROCHA SOUZA E
JOSÉ ADILSON ROCHA DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO

REVISOR: DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

ADIADO A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA EM
SESSÃO DO DIA 04.11.2009.

O EMINENTE DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA LEU O SEU VOTO VISTA,
NOS AUTOS ÀS FLS. 264-267.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE)

Após o voto do relator, quanto ao mérito, porque essa apelação o Des. Alexandre é o relator e eu sou o revisor, nós julgamos à unanimidade de votos rejeitando a preliminar de inépcia da denúncia e no mérito, o relator Des. Alexandre nega provimento ao recurso de apelação. Eu, na qualidade de revisor, dei provimento para absolver os apelantes, pois eu me recordo que as acusações foram de furto qualificado de outdoor, coisa que eu não me convenci e nem vi nenhuma prova nessa linha, então meu voto como revisor foi dando provimento para absolver. Na ocasião a turma estava divergente quanto à decisão, o Des. Gustavo Lima então pediu vista e nessa ocasião trouxe o seu voto vista acompanhando o revisor, dando provimento para absolver os apelantes.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE
APELAÇÃO PARA ABSOLVER OS APELANTES, COM FUNDAMENTO NO ART.
386, INC. IV, DO CPP, DEVENDO LAVRAR O ACÓRDÃO O DES. REVISOR".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

125

QUARTA CÂMARA CRIMINAL-- 04 11 2009
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 154316-6 – JUREMA
APELANTES: CÍCERO PEDRO DE SOUZA E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO
REVISOR: DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE À FL. 243 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS. 257/261 DOS AUTOS.

O VOTO DE REVISÃO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 250/256 DOS AUTOS.

PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto em revisão também tem o mesmo entendimento. Rejeito a preliminar. A Turma está de acordo em rejeitar a preliminar de inépcia da denúncia arguida pela defesa. Voto que está em discussão.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

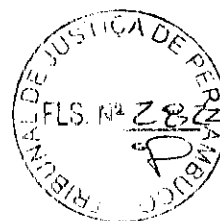
Acompanho a Turma.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



MÉRITO

126

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto em revisão, Senhores Desembargadores, Senhora Procuradora de Justiça, de antemão digo que é divergente do Relator. Eu dou provimento ao apelo e vou tentar demonstrar as minhas razões pelas quais dou provimento para absolver os apelantes. (Leu seu voto).

A Turma está divergente. Enquanto que o Relator nega provimento ao apelo para manter a sentença condenatória, o Revisor dá provimento para absolver os apelantes. Voto que está em discussão. Desembargador Gustavo Lima

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Senhor Presidente, vou pedir vista.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Eu não entendi muito bem a colocação do Revisor, que disse que não estaria o fato tipificado no art. 155, não é? Porque o art. 155 é subtrair para si ou para outro coisa alheia móvel. Esse negócio para se locupletar, não sei o quê, não tem aqui no tipo penal não.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Subtrair coisa alheia móvel para si ou para outrem.

DRA. PROCURADORA PATRÍCIA CARNEIRO (PROCURADORA)

Eu entendi que o Desembargador Marco Maggi disse que seria a finalidade patrimonial. Há uma locupletação, no sentido de que foi subtraído, alguém teve um dano patrimonial e outrem locupletou-se dessa subtração.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Vantagem econômica, não é? O crime é furto, mas eu quis dizer o seguinte: alguém ia. Qual a finalidade desse pessoal de subtrair essa placa para vender, para tirar dinheiro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



127

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Também Presidente, acho que isso aí não cabe a perquirir. Se ocorreu a subtração para si ou para outrem coisa alheia móvel está caracterizado.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Meu voto é no sentido de que não vi em nenhum instante, porque uma placa de 04 metros, eu visualizei o seguinte 04 metros por 03, numa época de eleição.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Foram quatro pessoas que levaram isso, e o caminhão, tem uma testemunha de vista que reconheceu pelo menos duas pessoas, e há outras ouvidas disseram que ouviram dizer, não viram, mas ouviram dizer que foram eles.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

A pergunta é essa: quem foi a vítima?

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

A vítima foi o partido que teve a placa subtraída.

DRA. PROCURADORA PATRÍCIA CARNEIRO (PROCURADORA)

Se foi o partido seria o crime do 331, inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. E se não foi devidamente empregado, seria exercício arbitrário das próprias razões. E aí a competência do crime eleitoral não seria da Justiça Estadual.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Justamente vi isso também. Não ia nem julgar aqui agora para mandar para o TRE nem para o juiz, porque já está prescrito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



128

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

A Procuradoria, o parecer foi em que sentido doutora?

DRA. PROCURADORA PATRÍCIA CARNEIRO (PROCURADORA)

Foi no sentido do improvimento.

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Foi negando provimento.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Negar provimento ao recurso.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Mas o Desembargador pediu vista, tudo bem, mas os senhores vejam o seguinte: a gente analisa a coisa com uma frieza e vai se sentir que não tem nada. Isso é um fato que seria um crime eleitoral, que seria um crime de dano, outra coisa, não existe prova de materialidade. Não tem nada. Tem uma confusão de partido e de interesses outros de eleitores.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

A placa parece que existia e que viram o povo carregando ela, não é?

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

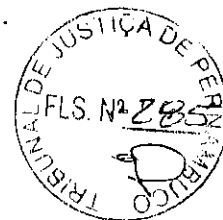
Se for a placa, a placa era de 1,20 por 8,60.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Excelência, ou placa, ou outdoor, ou o que seja.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA



DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Não, tem que ter a materialidade.

129

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Sim, a materialidade foi que o cara pegou e levou alguma coisa que tinha aquela dimensão.

DRA. PROCURADORA PATRÍCIA CARNEIRO (PROCURADORA)

Não precisa da apreensão. Não é isso, Desembargador Alexandre? Não é necessário apreensão.

DESEMBARGADOR ALEXANDRE ASSUNÇÃO (RELATOR)

Não precisa apreensão da coisa para... A testemunha referiu que eram quatro pessoas, não é?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

É meio de prova. Vamos dar uma examinada.

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E REVISOR)

Gustavo Lima, continua com vista?

DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA

Eu peço vista.

DECISÃO:

" NO MÉRITO, APÓS O VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO E DO REVISOR DANDO PROVIMENTO PARA ABSOLVER OS APELANTES, O DESEMBARGADOR GUSTAVO LIMA PEDIU VISTA".